

Organização:
Laudemir Luiz Zart
Tânia Paula da Silva
Maria Aparecida de Souza

Caderno Pedagógico VII

Territorialidades e Territorialização

Caderno Pedagógico VII

Territorialidades e Territorialização

Volume 7, Número 1 - 2020

Série Sociedade Solidária



Editora Unemat**Editor:** Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa**Capa:** Gabriel Guimarães Barbosa da Silva**Fotografia de capa:** Luiza Beatriz Bitencourt Zart**Diagramação:** Gabriel Guimarães Barbosa da Silva

Editora Unemat 2020

<http://portal.unemat.br/editora>**Conselho Editorial:**

Judite de Azevedo do Carmo - Membro

Ana Maria Lima - Membro

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Célia R. Araújo Soares Lopes

Milena Borges de Moraes

Ivete Cevallos

Jussara de Araújo Gonçalves

Denise da Costa Boamorte Cortela

Teldo Anderson da Silva Pereira

Carla Monteiro de Souza

Fabiano Rodrigues de Melo

Caderno Pedagógico VII - Territorialidades e Territorialização - Volume 07, Número 01 - 2020: Laudemir Luiz Zart, Tânia Paula da Silva e Maria Aparecida de Souza.

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Z38c Zart, Laudemir Luiz.

Caderno Pedagógico: territorialidades e territorialização /
edição de Laudemir Luiz Zart, Tânia Paula da Silva e Maria
Aparecida de Souza (orgs.). – Cáceres: Unemat Editora, 2020.

V. 7, n. 1, 32. p. (Série Sociedade Solidária, 7)

ISSN 223. 62 509

1. Educação. 2. Socioeconomia. 3. Silva, Tânia
Paula da (org.). 4. Souza, Maria Aparecida de (org.). I. Título.
II. Título: territorialidades e territorialização.

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037

Editora UNEMAT
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavanhada
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077
Cáceres-MT - 78217-900 - Brasil
E-mail: editora@unemat.br

Todos os direitos reservados ao autor. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. O conteúdo da obra está liberado para outras publicações do autor.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	04
1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO: LOCAL E GLOBAL	
Maria Aparecida de Souza e Tânia Paula da Silva	05
2 TERRITORIALIZAÇÕES E REDES: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES	
Maria Aparecida de Souza	08
3 TERRITÓRIO E CULTURA: ENCONTROS E DESENCONTROS	
João Ivo Puhl e Jucilene de Oliveira Martins	11
4 TERRITORIALIDADES E REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA	
Laudemir Luiz Zart e José Ferreira da Costa	14
5 TERRITORIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Loriége Pessoa Bitencourt e Eliane dos Santos Martinez Paezano	17
6 TERRITÓRIO E TRABALHO ASSOCIADO	
Marcia Aparecida de Barros da Cruz e Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo	20
7 TERRITORIALIDADES, JUVENTUDE CAMPONESA E MULHERES DO CAMPO	
Cristiane Gonçalves Ribeiro e Sandra Maria Soares	23
8 TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Laudemir Luiz Zart e Luan Benedito Oliveira da Silva	26
9 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Tânia Paula da Silva e Maria Aparecida de Souza	29

APRESENTAÇÃO

O Caderno Pedagógico VII, com o título *Territorialidades e Territorialização*, foi construído coletivamente pela equipe do Núcleo Unitrabalho, a partir do projeto de pesquisa e extensão *Economia Solidária: pedagogia da cooperação, desenvolvimento territorial, políticas públicas e empreendimentos econômicos de cooperação em Mato Grosso*, aprovado no edital Proext 2015. Os conteúdos e debates que este caderno apresenta têm sua fonte de inspiração temas que problematizam a dinâmica das constituições e consolidação dos territórios de resistência camponesa e de grupos étnicos, sociais e políticos.

Em tempos sombrios em que vivemos, se faz pertinente, refletir sobre processos de territorialização e territorialidades, bem como sobre desenvolvimento territorial comunitário e solidário, construído para a vivência do bem viver, numa lógica de igualdade, inclusão e autonomia (FREIRE, 1987). Assinalamos que a construção de um modelo de desenvolvimento duradouro, que crie novas formas de relações econômicas com base na cooperação, na solidariedade e na perspectiva da equidade social e sustentabilidade ambiental, é capaz de promover a transformação social e a inclusão através de um novo modelo de organização social.

Nessa direção, o enfoque territorial dos textos apresentados neste caderno pedagógico traduz possibilidades de aprendizagem na medida em que propõem a desnaturalização da noção clássica de território, ressaltando as categorias de território, territorialidade e territorialização como construções sociais, em suas diferentes dimensões: política (relações de espaço-poder); cultural (apropriação/valorização simbólica de grupos sociais em relação ao espaço vivido); e, a econômica (território como fonte de recursos e relações sociais) (HAESBAERT, 2007). Ainda, dialogam com abordagens que remetem a uma perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento territorial do campo, a partir dos sujeitos sociais do campo.

Desejamos contribuir com a invenção de outros possíveis futuros, por meio da visibilização e reconhecimento das formas tradicionais de saber-viver e do saber-fazer que são recriadas cotidianamente nos territórios de resistência camponesa, a partir das territorialidades e territorializações geradas por homens e mulheres no processo de luta pela/na terra; sujeitos sociais que entendem o campo como território de produção e de *morada da vida*.

E você, como vê e sente o seu território? Quais territorialidades têm sido construídas? Como se dão as relações de poder? Será que é possível pensar o local sem pensar o global ou vice-versa? É possível vivenciarmos um desenvolvimento territorial comunitário e solidário?

Desejamos a todos/as uma ótima leitura e boas reflexões!



Organizadores.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO: LOCAL E GLOBAL

Prof.^a Ma. Maria Aparecida de Souza

Prof.^a Dr.^a Tânia Paula da Silva

Na atualidade refletir sobre os conceitos de espaço, território e região tem sido uma tarefa árdua, tendo em vista a gama de estudos sobre a forma como as categorias espaciais tem se configurado no domínio das ciências humanas e as diferentes visões de mundo defendidas pelos estudiosos, em diferentes áreas do conhecimento. Nas pesquisas em ciências humanas e sociais os conceitos de espaço, território e região devem ser utilizados para identificar e interpretar dimensões mais ou menos distintas da realidade socioespacial, seja ela local ou global.

Para analisar a interação da sociedade com o meio em que ela vive, é preciso entender que o ser humano organiza e realiza transformações no espaço. Isso significa dizer que, o espaço entendido como espaço geográfico, se refere a tudo o que a sociedade constrói e transforma ao longo do tempo, em diferentes escalas (local, regional, nacional, global), por meio das atividades do trabalho e das técnicas, para sua reprodução e sobrevivência.

Sendo assim, o homem é o agente por excelência do espaço. E o espaço é, a um só tempo, um conjunto indissociável de objetos geográficos (cidades, plantações, fábricas, moradias, florestas, rios, hidrelétricas, etc.) e de ações humanas ou práticas sociais. Em outras palavras, a construção ou produção do espaço obedece aos interesses e necessidades dos grupos humanos que atuam nesse processo e envolve fatores naturais, socioeconômicos e políticos. E, conforme avançam a ciência e os meios de comunicação, avança também o modo como a sociedade organiza, representa e se apropria do espaço, promovendo alterações de suas características originais.

Salientamos, portanto, que no conceito de espaço está implícita a ideia de articulação entre natureza e sociedade. Na busca desta articulação, é preciso entender que a produção espacial ocorre todos os dias, nas nossas idas e vindas, no trabalho, na sociabilidade, nas relações sociais construídas cotidianamente, entre outros. É no cotidiano, na esfera da vida, que os sujeitos realizam o movimento da produção do espaço, pois é no plano do cotidiano que se dão as práticas sociais, o movimento da vida. É no plano do vivido, das sensações e das ações que cada indivíduo forma sua visão de mundo e a compartilha socialmente através das práticas sociais, se (re) produzindo.

O espaço é, enfim, essa síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Portanto, espaço e território não são termos equivalentes e nem tão pouco sinônimos. Segundo Raffestin (1993) o espaço antecede ao território. É a partir do espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território na medida em que ocorre a apropriação (material e/ou simbólica) do espaço pelos sujeitos. Isto porque a delimitação do território está assentada nas relações de poder, domínio e apropriação nele contidas. Este processo pode ser denominado de territorialização do espaço. O espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação.

No tocante ao Território compreende-se que o mesmo está intimamente ligado às disputas de poder entre os diferentes grupos sociais pela apropriação de um espaço específico e seus recursos naturais, sendo esta sempre o resultado de uma produção histórica. Neste contexto, o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais, econômicas, políticas e seus valores; é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (SOUZA, 1995).

Pelas características das relações entre os agentes e o território, conforme Haesbaert (2010), ocorre a dominação do território caracterizado como territorialização do espaço. A apropriação está relacionada às relações simbólicas e sentimentos de pertencimento e identidade, apreendido como

construção das territorialidades. No primeiro caso, do domínio e controle, o valor do território é de troca, no segundo da apropriação, o valor é de uso.

Neste contexto, o território passa a ser entendido como o local de reprodução das relações sociais, de possibilidades, onde os sujeitos constroem e organizam as relações de troca e de uso, através das ferramentas políticas, econômicas, sociais e culturais. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), proposto por Raffestin (1993), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade às tecnologias e à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novas formas de territorialização, o desaparecimento ou transformação configurando na desterritorialização e a reconstrução ou adaptação dos sujeitos a outros lugares pode ser entendido como a reterritorialização.

O território não é uma coisa fixa e imutável, ele passa a existir pelas ações da sociedade e, a partir destas ele se transforma. É representado por suas funcionalidades e simbologias, resultantes das diferentes combinações empreendidas no espaço. Assim sendo, a definição de território imbrica aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida. Para os camponeses, por exemplo, o território representa a ocupação do espaço, a luta, o poder e, sobretudo, a conquista da terra, os assentamentos. É o território usado e vivido.

Para Fernandes (2005, p. 276-277), “O território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência [...] é um espaço de conflitualidade”. Oliveira (1998) afirma que o território deve ser compreendido como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de construção de sua existência. Logo o território é a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza, ou seja, não é uma mera relação de causa e efeito com a sociedade, mas um entrelaçamento permeado pelo conflito, pela contradição. Este autor afirma ainda que, o processo de construção do território é simultaneamente construção, destruição, manutenção e transformação.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o território sem os homens não faz sentido, pois carece de lógica e de função. É a sociedade concreta que molda o território e faz com que ele represente o estágio de vivência de cada época. Dessa forma, compreender a maneira como as identidades projetam-se no território mato-grossense, entrelaçadas no bojo da dinâmica agrária, pode ser um indicativo que confirma a necessidade de se analisar os assentamentos rurais como território e compreendê-los como espaço de vida construídos coletivamente.

Se o território é um domínio espacial, a região é uma realidade que se concretiza por meio da ação de atores sociais, evidenciada a partir do momento em que se definem similaridades e relações internas comuns, capazes de delimitá-las: “A região é, portanto, uma dimensão real da vivência dos indivíduos e dos grupos, e é a partir dela que se cria uma base territorial comum para um dado quadro de referência de pertencimento e identidades” (HAESBAERT, 2010).

Na atualidade, a região tem sido compreendida a partir da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si, que se caracterizam por possuir internamente características semelhantes, múltiplos formatos e dimensões variadas de acordo com as sociedades e momentos históricos determinados, utilizando-se para a sua classificação, o modelo das ciências naturais (CORRÊA, 1995). Contudo, não se pode deixar de analisá-la como um espaço de identidade cultural, mas também de representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de produção.

Neste sentido, é possível entendermos que para conceituarmos região, devemos considerar não apenas suas paisagens, seus relevos, vegetação, hidrografias, climas, mas sim os sujeitos das ações, elemento imprescindível para analisarmos a região, haja vista, como já foi dito anteriormente, é a inter-

relação sociedade-ambiente quem forma as dimensões regionais, bem como o espaço e o território.

Desta forma, é necessário entender que a região está inserida numa dinâmica contraditória entre a homogeneidade e a fragmentação, ou seja, movimentos globais que tendem a enfatizar algumas regiões em detrimento de outras de menor expressividade. São sistemas que incluem e excluem dentro do processo político-econômico global, abrangendo neste processo variadas escalas e fronteiras flexíveis. “A região, assim, num sentido bastante genérico, se torna mais porosa, instável, não possui limites claros e é dotada de grande variabilidade interna” (HASBAERT, 2010, p. 84).

Assim, a região deve ser vista incorporando a multiplicidade e a complexidade de processos que marcam os arranjos espaciais contemporâneos. Nele, as questões fundamentais, no que se refere ao conceito de região, passam pelos processos de regionalização, de criação e recriação, para a compreensão da multiplicidade de contextos que caracterizam a realidade nacional e global.

Podemos aferir que as representações sobre o espaço, o território e a região se entrelaçam dialeticamente e se retroalimentam. Portanto, independente do conceito que vamos privilegiar em nossa análise da realidade, espaço, território ou região, não devemos nos esquecer que sua produção deve ser entendida como uma construção histórica por meio de uma sociedade de classes subordinada ao modo de produção capitalista.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - Qual é a relação existente entre espaço, território e região?
- 2 - Exemplifique situações de territorialização e territorialidades em nossa sociedade.
- 3 - A região de Cáceres estaria inclusa, ou não, no processo político-econômico globalizatório?

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

HASBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, Marcelo J. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TERRITORIALIZAÇÕES E REDES: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES

Prof.ª Ma. Maria Aparecida de Souza

Milton Santos (2006) propõe uma compreensão das horizontalidades e verticalidades do espaço partindo do que ele denomina do “espaço banal”, ou seja, o espaço comum em que as pessoas, as instituições e empresas desenvolvem as ações nos setores que fazem parte da sociedade como um todo, como a política, o econômico, o social e o cultural.

Nas palavras de Degrandi e Silveira (2013),

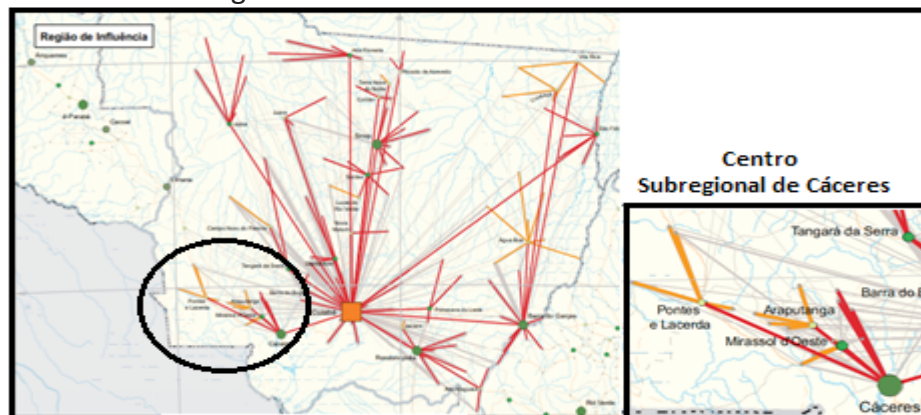
Na ordem global, as verticalidades são a expressão das forças exógenas, vetores de racionalidades vindas de fora, de cima e de longe, que, através das redes técnicas e organizacionais, incidem e/ou se instalam no território, gerando desagregação, divergência e desordem, mas, também, novas possibilidades e dinâmicas. Como contraponto, na ordem local, as horizontalidades são a expressão das forças endógenas, vetores de racionalidades engendradas de dentro e de perto, no âmbito do espaço banal e contíguo, criando agregação e convergência, embora não isentas de conflitos, disputas e cooptações (p. 40).

Alerta para o cuidado que se deve ter, para que não haja a separação do que é funcional e do que é territorial, para que seja possível entender as “manchas”, os “pontos” e os “fluxos” que se estabelecem no espaço. O autor explica que o espaço pode ser percebido em dois processos, onde ocorrem os pontos que estão interligados sem haver rupturas, que são a materialização, por exemplo do processo produtivo, como as fábricas, e se efetivam como as horizontalidades do espaço. E as verticalidades são os pontos que se distribuem separadamente no espaço, que são representados pelos sistemas sociais globais, das circulações e distribuições de mercadorias, de trabalho, de pessoas e do financeiro, implicando sistemas mais complexos da política e economia. Assim, Milton Santos enfatiza a importância da inseparabilidade destes dois processos que ocorrem no espaço.

As regionalidades nos dias atuais, impõem estratégias organizadas de forma que se apresentam hierarquias movidas por suas aptidões. Como aponta Dupas (2001), o capitalismo global exercitando a acumulação possibilitada pela revolução da tecnologia e informação geram paradoxos como homogeneização/concentração e fragmentação. Neste sentido é que se apresentam as regiões inseridas na lógica global operando como seletividade de lugares, excluindo alguns e incluindo outros, assim como ocorre com as pessoas neste processo de inclusão e exclusão.

Estes cenários nos espaços locais e globais, conforme Dupas (1999), são possibilitados pela informatização de sistemas flexíveis e hierarquizados. Os locais podem ser entendidos como territórios que são excluídos ou secundarizados quando não se apresentam funcionais à lógica dos sistemas globalizados. Esses locais/territórios são os pontos que podem ou não estar interligados. Ocorre que estes pontos e suas interligações não são processos concretos construídos no espaço, mas são sistemas abstratos e complexos. As conexões entre as cidades são um dos exemplos que possibilitam uma melhor compreensão, como aponta os estudos do IBGE (2007), sobre regiões de influência das cidades de 2007, que na figura 1, representa, a título de ilustração, o sistema de conexões do estado de Mato Grosso e da região de Cáceres.

Figura 1 - Conexões internas - Regional Cuiabá e influências



Fonte – Os autores. Adaptado do IBGE (2008)

Para alguns pensadores o esquema acima representa a dinâmica de pontos distribuídos pelo espaço e ligados uns aos outros por linhas ou traços que representam os circuitos ou fluxos formando redes. Mas para além das conexões, por essas redes circulam comandos e controles desde serviços e comércios, até complexas divisões sociais e territoriais de trabalho e de tecnologias da informatização. Assim, observa-se na figura acima que a Cidade de Cuiabá detém influências e controles sobre regiões de menores circulações de bens e serviços, manifestando a hierarquização espacial existente entre os territórios. Milton Santos (2001), elabora reflexões sobre as redes na sociedade, na qual a terceira revolução tecnológica é a que veio trazer alterações no período denominado por ele de técnico-científico-informacional, de sistemas de energia, transporte e comunicação. A necessidade cada vez maior de sistemas em redes é consequência dos avanços tecnológicos e da informação e circulações/fluxos mais acelerados de interconexões entre o local e o global. Os sistemas em rede são manifestações concomitantes de processos econômicos, políticos, sociais e culturais, envolvendo uma ampla complexidade e podem representar vários sistemas como redes de empresas, de comunicação, de comércio, de transporte entre outros, como processos que articulam e organizam o território estabelecendo hierarquizações e estratégias de poder e controle.

Diversos geógrafos têm apresentado tipologias de redes que, de certo modo, convergem para dois grandes conjuntos diferentes: 1) Redes técnicas ou de infraestruturas – como sendo aquelas que dão suporte ao fluxo de materiais e informações, redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc), e as de comunicação e informação (infovias, internet, sistemas de comunicação via satélite, etc), e 2) Redes de serviços ou de organização – aquelas que resultam da organização de pontos e agentes no território para a realização de determinada atividade, que denotam principalmente articulações políticas e sociais organizadas para a realização de atividades multilocalizadas no território, como é o caso, por exemplo, das parcelas técnicas da produção de grandes empresas, ou ainda do seu controle/comando no território (PEREIRA, 2009, p.123).

A função das redes é a de relocar atividades e redirecionar divisões sociais de trabalho e circulações de variadas ordens, classificando os territórios em graus de importância.

Buscando a compreensão dos conceitos de verticalidades e horizontalidades propostos por Milton Santos, as verticalidades são as forças impulsionadas pelas redes externas exercendo controles de territórios locais ou regionais por centros de comandos que possuem maior poder econômico, político e tecnológico, sobre outros territórios que nesta abordagem assumem a função de horizontalidades, detendo dinâmicas próprias e internas, porém fazendo parte das estratégias dos controles das redes externas.

Buscando novamente a ilustração na figura 1, das regiões de influências, nota-se que Cuiabá, centro de influência externa (verticalidade), para regiões menos influentes como Cáceres (horizontalidade), e que por sua vez mantém influências em núcleos menores como as cidades em seu entorno. Toda essa hierarquização de influências e controles são possíveis através de redes de comandos, organizações, comunicações, informatizações que controlam as dinâmicas e circuitos sociais, econômicos e políticos.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - Quais são as convergências entre os processos de verticalidade/ horizontalidade e a dinâmica dos sistemas em redes?
- 2 - Explique exemplificando, a hierarquização decorrente dos sistemas de redes.
- 3 - Como podem ser compreendidas as territorializações a partir das verticalidades/horizontalidades elaboradas por Milton Santos?

Referências Bibliográficas

DUPAS, Gilberto. **Globalização, Exclusão Social e Governabilidade**. In: I Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais. Recife. 1999.

DEGRANDI, J. O.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Verticalidades e Horizontalidades na Função Comercial da Cidade de Santa Maria-RS**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/953-1-4975-1-10-20131218.pdf Acesso: 04/04/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso: 20/04/2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TERRITÓRIO E CULTURA: ENCONTROS E DESENCONTROS.

Prof. Dr. João Ivo Puhl

Prof.^a Ma. Jucilene de Oliveira Martins

Introdução

O tema “*Território e cultura: encontros e desencontros*”, no Caderno Pedagógico VII, “*Territorialidades e Territorialização*” apresenta o desafio de entender a dinâmica da constituição e consolidação de territórios como espaços construídos pelas culturas de grupos étnicos, sociais e políticos.

A territorialização indica um processo de constituição de territórios, que são espaços culturalizados pelas tradições e práticas dos grupos humanos. Já as territorialidades significam resultados daqueles processos e podem tomar múltiplas formas conforme a ação e decisão dos grupos que os constroem.

Território é um conceito importante na geografia e na antropologia e se relaciona com um sujeito coletivo (grupo) que maneja um espaço com todos os seus recursos naturais, simbólicos, linguísticos dentro de sua tradição cultural.

Por isso propomos uma definição separada de território e cultura para depois apresentar as suas relações e implicações que podem se dar em encontros e desencontros entre pessoas, grupos e/ou sociedades.

Território

Muita gente confunde o espaço natural ou **terra**, com **território**. Só existe **território** como espaço apropriado por um grupo humano a partir de sua visão, práticas tradicionais, formas de manejo e uso dos recursos naturais, constituição de seu habitat, seu espaço domesticado, como lar que lhe é familiar.

Uma **terra** pode ser medida em metros quadrados, em hectares, em alqueires, jornadas de trabalho, em litros de sementes que nela podem ser plantadas, etc. A **terra** tem um sentido de área de espaço natural de tamanho determinado e apropriado como mercadoria ou como meio de produção, como gleba, lote, latifúndio.

O **território** por sua vez só se constitui e define a partir de um sujeito social ou um coletivo de pessoas que se orientam pela mesma cultura e tradição, valores e princípios éticos, práticas e representações significativas para eles, que se autodefine como uns **nós** frente aos **outros** que são diferentes. Sua identidade coletiva que lhes permite autodenominar-se **nós** depende, profundamente, de um espaço onde se encontram todos os recursos de que tem necessidade para viverem e se reproduzirem física e culturalmente.

Órgãos governamentais como o INCRA e a FUNAI usam mais o conceito **terra** enquanto os camponeses e os indígenas entendem o seu espaço vital mais como **território**. Uma **terra** indígena pode deixar fora muitos recursos que tradicionalmente eram usados e manejados pelas famílias e comunidades indígenas, porque não coincide com o **território** tradicional como o entendem os povos indígenas.

Cemitérios, cavernas, grutas, rios, cachoeiras podem ter valor afetivo, religioso e simbólico. Áreas de caça e pesca podem ficar fora da terra demarcada. Plantas medicinais, fontes de água, locais de extração de argila para a cerâmica ou de madeiras e palhas de palmeiras para as construções e cobertura das casas, importantes recursos na tradição das comunidades indígenas, podem ficar fora de uma **terra** indígena demarcada pela FUNAI porque os funcionários do órgão não compreendem o significado de **território** e apenas entendem o conceito **terra**.

Cultura

Existem muitos autores que definem de formas muito diversas o conceito cultura. Paulo Freire (1986) a define como a maneira de fazer dos homens para transformar os recursos da natureza em recursos para o seu bem-estar. Trata cultura como as formas de fazer que implicam em conhecimentos, saberes e técnicas ou artes de fazer.

O antropólogo Geertz (1978) vai além na definição de cultura. Ele a define como uma teia que envolve e prende os seres humanos de um grupo de tal maneira que consideram natural e normal o seu modo de pensar, de julgar, de ser, de agir, de fazer, de produzir, de crer, de celebrar, de casar, de fazer as casa e roças, de criar animais e cultivar plantas, de se posicionar diante dos fenômenos ameaçadores da natureza etc.

Geertz, na mesma obra, diz que “cultura é compartilhar dos mesmos significados e sentidos para as coisas, as práticas sociais, religiosas e políticas, as relações humanas, etc. A cultura facilita a vida coletiva porque cria hábitos, costumes, normas, tradições e práticas aceitas pelo grupo como naturais que o identificam e o tornam diferente de outros grupos com outros costumes e tradições. A cultura cria fronteiras que separam grupos diferentes entre si, porque se identificam como pertencentes aquele coletivo e excluídos de outros que são diferentes em muitos aspectos.

A cultura supõe sujeitos que pensam, agem e atribuem sentidos comuns que todos os seus membros compreendem, pois falam a mesma língua, respeitam as mesmas normas e seguem as mesmas crenças. A cultura cria a identidade grupal, mas não elimina os conflitos. Uma identidade que se constitui sobre um mesmo espaço culturalizado, um território, pode ser denominada como grupo étnico, pois este se torna um sujeito coletivo que se autoidentifica e maneja o seu espaço como território.

A ideia de grupo étnico foi consolidada pelo antropólogo Barth, conforme Poutignat (1998) é importante porque possibilita operar uma energia que internamente une e torna uma comunidade mais coesa e externamente se distingue dos outros que aparecem como diferentes. Por isso não existe cultura superior ou inferior, existem culturas diferentes e todas elas relativas, mas etnocentradas porque se julgam a mais certa, a melhor.

Existem outras formas de identidades coletivas, porém que não dependem de uma territorialidade, como é a identidade de classe que se compreende pelas relações de trabalho na economia independente do lugar onde ocorre, ou as identidades de gênero que se definem nas relações de poder entre homens e mulheres definidas como naturais dentro das culturas das sociedades.

Encontros e Desencontros

Os territórios camponeses e indígenas podem ser múltiplos dependendo das tradições culturais dos grupos e das suas formas de apropriação e manejo dos espaços e recursos naturais com seus saberes e técnicas de fazer.

A terra indígena Parque do Xingu em Mato Grosso está compartilhada por diversos grupos étnicos que tem diferentes compreensões e práticas territoriais. O mesmo ocorre nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, onde indivíduos ou famílias de origens étnico culturais diferentes estão assentados em terras que não representam ou não constituem suas territorialidades tradicionais.

Os encontros de grupos étnicos diferentes num mesmo espaço podem propiciar estranhamentos, diálogos, intercâmbios de diversas ordens, mas também podem desencadear desencontros, conflitos e disputas. Esta situação é bastante comum nos assentamentos mesmo naqueles que tiveram a experiência de um longo período juntos num acampamento a espera dos lotes.

Os interesses individuais ou a compreensão muito diferente dos processos a partir de sua teia cultural tornam as relações mais complexas e conflituosas nos assentamentos dificultando a constituição de novos sujeitos coletivos, no sentido atribuído por Gramsci. Não basta uma visão ou consciência de classe para construir uma identidade que opera como uma força de união ou de coesão do grupo.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - No seu entendimento que distinção há entre terra e território?
- 2 - Que mais chama atenção no conceito de cultura? Como entendem o que é cultura?
- 3 - Que exemplos você conhece de como a cultura contribuiu para facilitar ou melhorar a organização e a luta de um grupo indígena?
- 4 - Quando as diferenças culturais podem ser problemas para a união e organização de um grupo de camponeses nos assentamentos? Como lidar com as diferenças culturais nas organizações?

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de Quilombo, Terras Indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, Faixinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, ALMEIDA.

POUTIGNAT, Phillippe. **Teoria da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

TERRITORIALIDADES E REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart
Prof. Dr. José Ferreira da Costa

Territorialidades: construções epistemológicas e socioculturais

Em obra de Saquet (2015) há a reflexão sobre o conceito de territorialidade enquanto referencial teórico e metodológico que possibilita a interpretação epistemológica dos contextos constituintes das visões de mundo, das ações sociais, das estruturas econômicas e das relações políticas que configuram a existência humana num determinado território.

O território é conceito e espaço multidimensional que traduz as contradições socioterritoriais da estrutura da sociedade formada por classes sociais, portanto das desigualdades socioeconômicas, dos processos de exclusão, de estranhamento, de etnocentrismos. Há no mesmo território movimentos e dinâmicas que focam as possibilidades de interação entre os sujeitos e agentes sociais nos seus “lugares-territórios de vida cotidiana por meio de projetos de desenvolvimento territorial alternativos, contrapondo-se, sistematicamente, à reprodução ampliada do capital e à sua circulação acelerada” (p. 23). É a proposição de uma coletividade para a superação de espoliação dos recursos naturais e das condições materiais e imateriais da reprodução ampliada da vida. As dinâmicas sociais de superação têm como finalidade a construção de relações de pertencimento, de identidades, isto é, de compreender como os sujeitos se constituem em termos culturais, políticos, econômicos no território.

As construções socioculturais, que constituem as territorialidades, o sentido de estranhamento ou de pertencimento dos seres a um determinado território, ocorrem com base nas estruturas, relações e práticas sociais configuradas e fundamentadas em conformidade com a lógica do *capital* ou em consonância com a lógica do *trabalho*.

Qual é a configuração e a lógica do território do *capital*? Compreendemos o *capital*, conforme Mézáros (2005) como uma ‘formação social’. Desta forma, é uma estrutura social instituinte de concepções e de práticas sociais alinhadas com os fundamentos da propriedade privada dos meios de produção e da busca da mais-valia como resultado do trabalho social.

No território da ‘Grande Cáceres’, região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, em termos da estrutura econômica, predomina a propriedade do capital com a prevalência do agronegócio monocultural do gado, da cana-de-açúcar e com a introdução tardia do plantio da soja, com o uso intensivo dos agrotóxicos, da transgenia com finalidade da produção de *commodities*. É um território que historicamente se organizou no espírito das sesmarias do latifúndio levando à concentração da terra, da superexploração do trabalho, sendo marcado pela existência da mão-de-obra escrava, e pela exploração mineral por empresas multinacionais causando cenários de degradação ambiental deixando para as populações locais rastros de pobreza enquanto a riqueza é destinada para o comércio exterior.

Este cenário tem como corolário a concentração do poder econômico e político, e, por conseguinte de opressão e de violência contra os povos tradicionais quanto os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os camponeses. As estruturas e as relações de dominação são sustentadas e reproduzidas pelo Estado patrimonialista e burocrático, complementado por forças públicas militarizadas. A política e a economia são interligadas com a configuração cultural modelada por uma esfera de comunicação social que substancia ideologias e atitudes de consumismos apolíticos e alienantes, a dominação étnico-racial e de classe social, o machismo, as relações patriarcais, a coisificação e mercantilização das subjetividades.

Como se constitui o território do *trabalho*? No processo de estruturação de organizações alternativas e contra-hegemônicas os movimentos sociais mobilizam e projetam ações para a superação das situações de dominação e de exploração. Configuram-se experiências de cooperação e de sustentabilidade na economia solidária, na agroecologia, no reconhecimento das diversas culturas e dos saberes traduzidas na epistemologia da educação popular. Para abrangência mais ampla e aprofundada os agentes sociais interligam-se em redes de cooperação e de solidariedade.

A Constituição de Redes de Colaboração Solidária

Mance (2000) traduz a perspectiva da colaboração como o processo de trabalho que se realiza desde a concepção, a execução e a avaliação em correlação de energias e na articulação de agentes que integram as relações de produção e de consumo. *Collaborare*, do latim, significa trabalhar juntos, é um processo que impulsiona para o encontro e as competências de autoorganização e desenvolvimento das potencialidades existentes num determinado território. Aferimos nestes termos que o trabalho se constitui no fundamento mobilizador da existência das pessoas em sociedade. O trabalho colaborativo é agregador e gerador de conexões e de ações conjuntas que tem como finalidade o fortalecimento e o desenvolvimento das unidades associadas, apreendendo as complexidades que constituem a totalidade de uma rede de colaboração solidária.

Para a apreensão da funcionalidade da rede, Mance (2000, p. 24 – 25) explicita princípios que são importantes para compreender as dinâmicas de interrelações de pessoas, entidades e as conexões de temáticas que aproximam e responsabilizam na construção de estruturas, relações e práticas sociais de solidariedade.

O autor afirma a existência de três princípios fundantes das redes de colaboração solidárias: o sistema *autopoiético*, a *intensividade* e a *extensividade*. A ideia do sistema *autopoiético* é que a rede “funciona como um sistema aberto que se autoproduz” (p. 24). Neste sentido os movimentos sociais, as entidades sindicais, os órgãos públicos, as universidades, os empreendimentos econômicos solidários, os grupos informais de produção e de consumo são unidades constituintes de propostas, de ações e de fluxos que convergem para a realização de configurações sociais da existência humana mobilizadas e organizadas pela ética e pela política da solidariedade.

O segundo princípio, o da *intensidade* “significa que cada unidade da rede venha a atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua” (p. 24). Compreendemos que para agregar pessoas é preciso um movimento constante e persistente de mobilização, formação e organização. A mobilização é o chamamento, a sensibilização, o aproximar. No mundo de relações sociais individualistas, competitivas e de desconfiança, mobilizar pessoas para projetos coletivos se constitui em esforços políticos vigorosos. A formação é a educação para as consciências políticas de visão de mundo, de práticas sociais de cooperação e as competências técnicas de efetivação dos princípios. A organização é a realização da capacidade de agregar e de institucionalizar a cultura da solidariedade. Está no campo social que inter-relaciona a Sociedade Civil, o Estado e o Mercado.

A *extensividade* é o princípio que “significa expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades suas e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto” (p. 25). A configuração da rede de solidariedade num território é um movimento político intencional permanente de diálogos e de ações constituintes da cultura da cooperação e da economia solidária.

Mance ainda acresce os desafios da *diversidade*, da *integralidade* e *realimentação*. A *diversidade* é a capacidade de “integrar, de maneira fecunda e criativa, as ações realizadas” (p.25). Compreendemos que a diversidade é a expressão da incorporação de entidades, grupos socioculturais, lutas sociais,

modos de vida, de produção e de consumo. Estão neste campo as temáticas camponesas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, dos povos tradicionais, das mulheres, da juventude, dos/as trabalhadores/as urbanos. É a confluência das diferentes formas de existência que convergem para o trabalho associado, a economia solidária, a agroecologia, os direitos humanos, ou formas de organização das lutas sociais para a construção da sociedade solidária.

A *integralidade* “significa que todos os objetivos da colaboração solidária defendidos pelos diversos nódulos da rede em particular sejam assumidos pelo conjunto dos nódulos da rede” (p. 25). Desta forma, ao pensarmos e organizarmos uma rede de economia solidária encontraremos nela as perspectivas e as bandeiras defendidas e concretizadas pelas proposições e ações efetivadas nas organizações das mulheres enquanto afirmação da igualdade de gênero; das lutas camponesas na concretização da agroecologia; dos quilombolas na defesa da identidade; dos indígenas na resistência centenária nos territórios e da memória; dos ribeirinhos na intransigência da conservação do meio ambiente; dos produtores associados para instituir e consolidar a cultura do trabalho associado; dos consumidores para organizar as práticas da comercialização e do consumo solidários; dos/as educadores/as para a pedagogia da educação popular libertadora crítica e criadora; dos movimentos conscientizadores para a aprendizagem e a convivialidade dos princípios do *bem viver*.

A *realimentação* “significa que as ações desenvolvidas pela rede, através [...] de suas articulações, agenciam novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações em um círculo virtuoso capaz de envolver cada vez mais pessoas... (p. 25). Neste sentido, para exemplo de demonstração, uma rede de colaboração solidária de economia solidária articula as bandeiras sociais do trabalho associado, da igualdade de gênero, da agroecologia, as identidades socioculturais, a memória e os territórios dos povos, a conservação ambiental, o consumo solidário, a pedagogia libertadora, a educação popular, os direitos humanos. Não há solidariedade na dominação e exploração de classe social, no sexismo, no machismo, no racismo, na misoginia, na destruição ambiental, na expulsão dos povos dos seus territórios, na negação dos direitos humanos. A contradição às políticas de dominação é a cultura das políticas de libertação que potencializa as bandeiras de lutas das pessoas subalternizadas para a autodeterminação e emancipação.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 – O que é o território do capital e como se configuram as práticas de dominação e de exploração?
- 2 – O que é o território do trabalho e como se constituem as organizações contra-hegemônicas?
- 3 – Quais são e como se apresentam as redes de colaboração solidária no território?

Referências Bibliográficas

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes:** a colaboração solidária pós-capitalista como uma alternativa à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades.** Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

TERRITORIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof.^a Ma. Eliane dos Santos Martinez Paezano

Prof.^a Dr.^a Lóriége Pessoa Bitencourt

Ao pensarmos a constituição de um território, delimitamos a análise ao processo da Reforma Agrária e a construção da *Educação do Campo* em conformidade com os movimentos sociais do campo. As trajetórias representam lutas e desafios de diferentes naturezas e pessoas em busca de um objetivo comum, *a conquista da terra*, de um pedaço de chão. Porém, ao conquistar essa terra, criam-se ações entre as pessoas dentro dessa comunidade, a partir das quais ela passa a ser denominada *território* por seus sujeitos, ou seja, além do território ser um recorte espacial que delimita as fronteiras, existem diversas relações de poder que o determinam.

Diversos são os desafios e conflitos na trajetória de constituição de um território, principalmente, quando pensamos na luta pela Reforma Agrária, a partir no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa constituição de um território, que ultrapassa a concepção de um pedaço de terra, por ser uma terra habitada por sujeitos que à protagonizam e à determinam com suas identidades, chamamos de território, por ser um espaço com as marcas desses sujeitos.

Assim, o MST, ao lutar pela Reforma Agrária para redistribuição da terra, desde o momento da organização das famílias em acampamentos, considerados *territórios temporários*, depois nos pré-assentamentos, que é quando conquistam a terra e para ela vão antes do corte da mesma e, por isso, pré-assentamento (antes do assentamento definitivo), também são considerados territórios temporários, até o assentamento que é constituído pelo conjunto dos lotes individuais por família, vivem um constante movimento de territorialização. Pois, a *territorialização* é “ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais” (FUINI, 2014, p. 233).

Nesse movimento de conquista da terra, a territorialização, os próprios Sem Terra, junto com a conquista da terra e, portanto, do território, vão se territorializando e se desterritorializando. Isso ocorre em todo o processo, mesmo estando nos acampamentos, pois quando lá estão ocorrem vários despejos ou algumas famílias desistem de lutar, outras novas famílias aderem a luta, fazendo com que o território se reconstrua constantemente. Quando mudam de espaço, de lugar, os Sem Terra vão se reterritorializar em outro espaço, construindo assim, outros territórios temporários.

De acordo com Paezano (2019), baseada em alguns autores, em meio à essas relações de constituição de determinado território há um processo geográfico de *Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização* (TDR), pois “a criação de territórios seria representada pela *territorialização*, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela *desterritorialização*, e pela sua recriação a partir de processos de *reterritorialização*” (CHELOTTI, 2010, p. 167). Neste sentido, todo o processo TDR, colabora para a compreensão do pertencimento e identidade do Sem Terra com seu território, a Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização são “aspectos utilizados em estudos de geografia quando se destaca o conceito de território, juntamente com relações econômicas e políticas (de poder), as redes e a natureza exterior ao homem” (SAQUET, 2009, p. 82).

Nesse sentido, vamos compreendendo a importância desses aspectos para a constituição de um território, para esta constituição é realizado um movimento, no qual ocorre um processo de deslocamento que é denominado de Territorialização. O movimento social MST acompanha todo o processo de luta e enfrentamento, auxiliando a organizar as famílias, com uma metodologia de luta popular própria, como nos explica Fernandes:

Reflexão sobre as experiências de luta e enfrentamento gerou uma metodologia de luta popular. Desde a organização das famílias na construção do espaço de socialização política até a ocupação e a conquista de terra, cada um desses procedimentos foi aprendido na prática social da luta pela terra. Esse aprendizado possibilitou a rápida territorialização do MST pelas regiões brasileiras (2000, p. 95).

Este processo de territorialização do MST só foi possível por meio das práticas na luta pela Reforma Agrária e pela resistência. Neste sentido, a formação dos militantes fazia parte da condução do processo de luta em prol da Reforma Agrária, pois é “na formação que acontece a Territorialização do campesinato” (FERNANDES, 2012, p. 745), e os sujeitos vão se tornando seres politicamente capazes de compreender a sociedade em que vivem.

No movimento de territorialização da luta pela terra, o MST tem, como um dos seus princípios, a formação dos sem-terra, concomitante com a luta pela conquista da terra, os movimentos sociais lutavam por uma educação diferenciada, uma educação que atendesse as diversidades que existem no campo. Conforme Caldart (2012, p. 124), “as lutas dos movimentos sociais pela democratização do acesso ao conhecimento, às ciências, às tecnologias têm importância estratégica na formação dos sujeitos capazes de construir alternativa para um projeto mais justo e sensato de desenvolvimento do campo e do país”.

Por essa razão, a *formação* específica realizada pelo movimento, no processo de Territorialização, deve proporcionar aos educadores uma visão diferenciada da educação, pois eles devem ser sujeitos sociais que visem à transformação da sociedade, e, assim, fortaleçam o movimento na luta pela *Educação do Campo*.

De acordo com Paezano (2019), a *Educação do Campo* é uma conquista dos trabalhadores do campo, porém, ela se constituiu em meio à fragilidade movida pela falta de incentivo do poder público, originando, inclusive, a escassez de estrutura adequada, de material didático, entre outros elementos.

A *Educação do Campo* nasce em meio às lutas dos movimentos sociais, pois os assentados defendem que seus filhos precisam de uma escola que desenvolva um trabalho pedagógico de acordo com a realidade da vida do campo.

O MST assumiu a *Educação do Campo* como uma das bandeiras do movimento. Nesse caminhar da configuração da educação, os debates no movimento, as marchas, reuniões, encontro e, até mesmo, a própria ocupação tinham como princípio a formação dos sujeitos com a finalidade de tornar consciente a sua própria realidade e buscar meios de transformá-la.

Portanto, a *Educação do Campo* trilha o desafio da constituição da Escola democrática e popular, intensamente amarrada na teoria e na prática. Uma instituição que trabalha e assuma verdadeiramente a identidade do campo e dos educandos que nele vive, buscando torna-los sujeitos críticos - reflexivos.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - Como ocorre o movimento da Territorialização?
- 2 - Qual a relevância do TRD para a construção de um território?
- 3 - Por que o MST tem um papel importante na constituição da Educação do Campo?

Referências Bibliográficas

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, nº 22, p.165-180, abr. 2010.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. Território Camponês. In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. S.; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceito geográfico. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v8, n1, p. 225-249 jan/jun. 2014.

PAEZANO, E. S. M. **Formação dos/as educadores/as do campo e a Territorialização da Educação do Campo**: concepções e práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina. 2019, 194 fls. (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, Mato Grosso.2019.

SAQUET, M. A. **Por uma Abordagem Territorial Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TERRITÓRIO E TRABALHO ASSOCIADO

Prof.ª Ma. Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo

Prof.ª Ma. Marcia Aparecida de Barros da Cruz

Ao pensarmos em território, nos remetemos à ideia da constituição de um espaço de vida. Segundo Fuini (2014, p. 223) o território é um “recorte espacial definido por relações de poder, controle, apropriação, extensão de um poder associado de limites e fronteiras”. Por ser espaço de vida real e não idealizado, ele é comumente marcado por contradições e lutas das mais diversas, como por moradia, terra, educação, saúde, lazer, trabalho, na intenção de garantir as condições de satisfação da vida material, como diriam Marx e Engels (2009).

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nota-se que, na cidade e no campo, ampliaram-se os desafios para que homens e mulheres consigam garantir suas existências e de suas famílias. Na realidade camponesa, verifica-se a presença de associações, cooperativas, movimentos sociais, ONGs e outras instituições, que têm se aliado, contribuído, discutido pautas, desenvolvido pesquisas e travado lutas, com vistas a auxiliar a organização de trabalhadores e trabalhadoras para construção de experiências que tenham como princípios a Economia Solidária, a Agroecologia e o Trabalho Associado.

TERRITÓRIO E TRABALHO ASSOCIADO: alguns aspectos para discussão

Partindo da perspectiva de Engels (2013, p.13), o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana”. Segundo Palenzuela (2014, p. 68) é na atividade laboral que passamos a maior parte do tempo social, onde são orientadas as nossas estratégias de socialização e é “mediante el trabajo [que] el hombre transforma el espacio en territorio”. Nessa perspectiva, “[...] el territorio sería el resultante de un doble proceso de apropiación y de valorización del espacio que se construye tanto desde la actividad económica y el dominio político como desde los discursos de representación simbólico-cultural del espacio de la vida social” (PALENZUELA, 2014, p. 70).

O território é, portanto, espaço de vida e de trabalho. Esse, na perspectiva do modo capitalista é marcado por “dois personagens”: um que possui os meios de produção e outro, que não os tem, sendo “livre proprietário” da sua força de trabalho e se vendo compelido a encontrar quem queira comprar essa sua mercadoria.

Embora essa realidade nos seja a mais próxima, concordamos com Tiriba e Picanço (2004, p. 19), quando afirmam que “[...] para além do mundo do trabalho assalariado, existem outros mundos do trabalho e que, para além do modo capitalista de produção, são possíveis outros modos de produção da existência humana”. Um desses modos é o trabalho associado, que se caracteriza pela posse coletiva dos meios de produção, pela autogestão, pela organização do trabalho “[...] em torno da reciprocidade, cooperação, solidariedade, de práticas sociais mais humanas, o que, de alguma forma, já foge à lógica capitalista” (SANTOS, 2013, p. 82).

Tiriba e Fischer apontam que para Marx, “[...] no horizonte da emancipação humana, o ‘modo de produção de produtores associados’ seria fundado na propriedade e na gestão coletivas dos meios de produção e na distribuição igualitária dos frutos do trabalho” (2012, p. 613), se contrapondo, portanto, ao trabalho assalariado e a reprodução do capital.

Embora não seja uma prática recente, nota-se que a partir do ano de 1980, após o processo de reestruturação produtiva, trabalhadores e trabalhadoras – especialmente das classes populares – cada vez mais, tem se organizado e estabelecido coletivamente, unidades de produção associada (TIRIBA, 2006) em diferentes territórios. Tais práticas não se restringem a uma única faixa etária ou a um espaço

específico – são experiências de jovens, adultos, homens e mulheres na cidade ou no campo.

Na zona urbana tem-se experiências de jovens com serigrafia, produção de roupas, bonecas e acessórios afro; pinturas em camisetas, salão de beleza (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013), tem-se ainda movimentos de empresas e fábricas recuperadas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, dentre muitas outras. No campo, algumas práticas estão localizadas junto a povos e comunidades tradicionais [e também camponeses], em que;

A produção da existência [...] acontece por meio do trabalho coletivo, do bem viver em comum, da cultura do muxirum, da solidariedade, da dádiva da partilha, da repartição igualitária dos frutos do trabalho, da reciprocidade, da democracia, da terra coletiva, da manutenção dos costumes e tradições, do plantio e roça coletivos, dos laços de pertencimento, enfim, da produção da existência que em alguma medida questiona os ditames da sociedade capitalista. Por isso, o trabalho não é estranhado, as pessoas são proprietárias dos meios de produção e não almejam lucro, a propriedade e a posse da terra, a gestão e a repartição da riqueza são coletivas e inexiste a dominação, a subordinação, a hierarquia, a exploração da força de trabalho de outrem, a acumulação, a competitividade e a obtenção da mais-valia (CAETANO; RAMOS; AZEVEDO, 2018, p.186).

Segundo Tiriba, no âmbito da produção associada, a cultura do trabalho vai se materializando, a partir das relações que os sujeitos estabelecem entre si (mediadas pelas questões de classe, gênero e etnia), dos saberes das experiências – inclusive aqueles vinculados ao mercado de trabalho dito formal – ; e ainda “[...] com o resgate de relações sociais e econômicas que foram se perdendo ao longo da história da humanidade, mas que, de alguma maneira, permanecem presentes, principalmente entre os setores populares” (TIRIBA, 2006, p. 120). Nesse contexto, verifica-se que

[...] o trabalho não é estranhado, as pessoas são proprietárias dos meios de produção e não almejam lucro, a propriedade e a posse da terra, a gestão e a repartição da riqueza são coletivas e inexiste a dominação, a subordinação, a hierarquia, a exploração da força de trabalho de outrem, a acumulação, a competitividade e a obtenção da mais-valia (CAETANO, NEVES, AZEVEDO, 2018, p.186).

Por se tratar de uma realidade concreta, o trabalho associado não é ausente de conflitos e contradições – que são inerentes aos seres humanos, e conseqüentemente, às suas relações sociais. Todavia, os interesses que o movem, estão para além do suprimento da vida material de homens e mulheres. O trabalho associado é lugar de: aprendizado de novas relações; produção de saberes; realização de diferentes atividades; aprender a autogestão e relações horizontais; contraposição à ordem hegemônica e rompimento cotidiano com todas as cadeias ideológicas que ainda nos prendem, na luta por uma sociedade diferente, a dos “produtores livres associados”.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - O que é trabalho associado?
- 2 - Quais as diferenças entre trabalho assalariado e trabalho associado?
- 3 - Qual a importância do trabalho associado nos dias de hoje?

Referências Bibliográficas

CAETANO, Edson; RAMOS, Anátalia D. O; AZEVEDO, Eva E. F. N. A Produção Associada em Comunidades e Povos Tradicionais em Mato Grosso: pesquisas e reflexões coletivas do GEPTE/UFMT. In: **Trabalho Necessário**. V.16. N. 31 (p. 165-190). Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27376/15917> Acesso em 02.05.2019.

ENGELS, Friederich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Homem em Macaco. In: **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FISCHER, Maria Clara B.; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. Juventude, Associativismo e Economia Solidária: “Não é por centavos, é por direitos”. In: **Mercado de Trabalho** | 55 | ago. 2013 (p. 69-76). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3831/1/bmt55_econ03_juventude.pdf Acesso em: 10.06.2016.

FUINI, L. L. Território, Territorialização e Territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v.8, n1, p. 225-249 jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366>. Acessado em: 16/05/2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PALENZUELA, Pablo. Culturas del Trabajo e Identidad Local: pescadores y mineros en Québec. In: **Sociología del Trabajo**. Nueva Época, núm. 81. Primavera de 2014, pp. 68-89.

SANTOS, Lirian Keli. **Trabalho, Produção Associada e Produção de Saberes na Comunidade Tradicional Imbê-MT**. Cuiabá, MT, 2013, 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2013.

TIRIBA, Lia. Cultura do Trabalho, Produção Associada e Produção de Saberes. In: **Educação Unisinos** 10(2):116-122, maio/agosto 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6050>. Acesso em 07 julho de 2016.

_____; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção Associada e Autogestão. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____; PICANÇO, Iracy. O Trabalho como Princípio Educativo no Processo de Produção de uma “Outra Economia”. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

TERRITORIALIDADES, JUVENTUDE CAMPONESA E MULHERES DO CAMPO

Prof.ª Ma. Cristiane Gonçalves Ribeiro

Prof.ª Ma. Sandra Maria Soares

Discutir os conceitos de Territorialidades, Juventude Camponesa e Mulheres do Campo entrelaçando com a vivência no Assentamento Roseli Nunes, localizado no Município de Mirassol D'Oeste, é também falar das interações que estes sujeitos são identificados e reconhecidos na sociedade, pois de acordo com Oliveira e Silva “o território é uma das bases principais na fundamentação da concepção de identidade” (2017, p. 418).

Partimos do pressuposto de que o território é uma construção social, realizada, portanto, coletivamente e multidimensionalmente (SAQUET, 2009). Nesse sentido o território está em todas as relações múltiplas que se dão em um determinado espaço, em todos os níveis de relações entre as pessoas, desta com suas culturas e está apropriação do território produz a territorialidade. “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009). Ao construir o território temos que reconstruir o processo de territorialização constante e concomitante.

Conforme Raffestin (1993), as relações estabelecidas no território não se esgotam em seus limites físicos, nesse sentido, a dinâmica territorial do Assentamento Roseli Nunes, é uma expressão de sua territorialidade, em que tanto a juventude camponesa como as mulheres do campo estabelecem múltiplas relações, em todos os níveis sejam elas amistosas ou conflituosas. No entanto, as territorialidades não produzem somente conflitos, mas também promovem trocas enriquecedoras, em função do fortalecimento das identidades forjadas a partir desses encontros (HAESBAERT, 2006).

Sendo assim, a juventude camponesa e as mulheres do campo ocupam os espaços com suas ações, posturas, práticas, comportamentos, enfim códigos que revelam relações de poder, fundamentais para esse processo de empoderamento e manutenção do território (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido “a participação desses jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político” (MARTINS; CASTRO e ALMEIDA; 2011, p. 17-18)” [...] existe ainda no campo uma enorme diversidade juvenil na atualidade [...]” (SILVA e CAPELO, 2006 p.44), pensar a juventude camponesa é “definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder” (CASTRO, 2012, p. 439).

Compartilhamos, portanto, da ideia de Castro (2009, p.189) que considera como jovens do campo “pessoas que vivem a experiência do meio rural como jovens, ou seja, se identificam ou são assim identificados”. São tidos como jovens, porque vivenciam a transição entre infância e vida adulta e mesmo estando num mesmo contexto histórico que outros jovens, “possuem a especificidade de terem o meio rural como seu espaço de vida, ou seja, como marca de sua situação juvenil” (MARTINS, 2008, p. 15).

A juventude camponesa, é entendida como uma categoria social específica, também, configura-se diante da diversidade e da heterogeneidade (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Ainda, neste contexto de divergências conceituais tem-se as diversas configurações para tratar esse segmento: jovem, juventude, jovem rural, são categorias aglutinadoras de atuação política; jovens do MST, juventudes partidárias, juventudes vinculadas a Organizações Não-Governamentais (ONGs), Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Grupo de Jovens de igrejas evangélicas, Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CASTRO, 2005).

Ao considerarmos todo esse contexto, percebemos que a:

Juventude camponesa, ao longo da história e em muitos países foram categorias ordenadoras de organizações de representação social [...] em comum, trata-se de uma juventude que ainda se confronta com preconceitos das imagens urbanas sobre o campo. Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, [...] juventude camponesa são categorias aglutinadas de atuação política (CASTRO, 2012, p. 440-441).

Estes confrontos entre juventude urbana e do campo propiciam o fortalecimento das identidades coletivas, como um ato de resistência e desenvolve “nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida” (CALDART, 2011, p.27).

Destacar a juventude camponesa como ser social, que transita por diferentes contextos e grupos, seja na escola, na família, no trabalho é também afirmar este sentimento de pertencimento, que lutam pelo seu território em coletivo com outros grupos, que possibilita a troca de experiências e a construção de “identidades de resistência”, que são aquelas marcadas por um profundo reforço de antigas memórias da coletividade (HAESBAERT, 1999), assim, nesse contexto também destacaremos as mulheres do campo, que possibilitam que estas memórias vividas nessa base material, não sejam esquecidas e se fazem presentes por meio de relatos orais, mitos, rezas entre outros.

As mulheres do campo do Assentamento Roseli Nunes, em sua maioria mulheres inseridas no processo de luta pela terra desde o período de acampamento, protagonizaram sua história, construíram sua identidade de resistência e buscam romper o ciclo de violência, de machismo, da exploração, opressão e discriminação que começava desde a infância, lutam pela oportunidade para estudar, para escolher seus companheiros e para definir as atividades da casa, do trabalho e dos negócios.

Desde o acampamento já começam a se organizar e requerer direitos, e depois de organizadas começam a participar das marchas, mobilizações, formações e vão aprendendo e incorporando o que debatem nos encontros.

O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente re-elaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, 2003, p.34).

Nesse sentido, o curso “Formação em Economia Solidária no Assentamento Roseli Nunes Mirassol do Oeste /MT” realizado pelo Núcleo Unitrabalho com as mulheres do campo do Assentamento potencializou o funcionamento do grupo no coletivo, a convivência social, e o desafio de cada mulher superar o individualismo, e “(re) pensar e (re) construir outras formas de relações entre homens e mulheres numa perspectiva de classe e ter bem claro que as mudanças nas relações pessoais não são apenas consequências de mudanças de poder, mas que é preciso colocar como proposta, uma mudança social dentro das modificações políticas e econômicas (SILIPRANDI, 2009, p. 60).

Desta forma, concluímos que a juventude camponesa e as mulheres do campo buscam desenvolver “processos educativos de cuidado com as várias formas de vida, centrados no acolhimento, na constituição de vínculos afetivos, na escuta e no respeito, no diálogo e na conscientização, como base das novas relações” (PALUDO, DARON, 2012, p. 486), e são sujeitos que se relacionam com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade em que o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem, carregam as particularidades de seu modo de vida, seja vinculado à agricultura, ou em outras atividades que não são próprias de camponês acerca de produção e criação em seus sítios.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - O que entendemos por territorialidade?
- 2 - Como podemos caracterizar a territorialidade no âmbito da juventude camponesa e da mulher do campo?
- 3 - Qual a importância de afirmarmos que a juventude camponesa e as mulheres do campo são “identidades de resistência”, nos dias atuais?

Referências Bibliográficas

CALDART, R. S. (Org). **Caminhos para a Transformação da Escola**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 437-444.

CALDART, R. S. (Org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 483-488.

CASTRO, E. G. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S. (Org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 437-444.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamento. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. cap.7, p. 169-190.

OLIVEIRA, A. R. S. SILVA, C. H. **Território, Territorialidade e Identidade Territorial**: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. Caderno de Geografia, v.27, n.49, 2017.

PALUDO, C. DARON V. L. P. D. **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil)**. In: RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Ed. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266p.

SAQUET, M. A. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org's.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap.4, p.73-93.

SILVA, J. M. **Um Ensaio sobre as Potencialidades do uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica**. Revista de História Regional, n. 8, p. 31-45, 2003.

TERRITORIALIDADE E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

Prof. Luan Benedito Oliveira da Silva

Apreendemos que a territorialidade é um complexo de interrelações que constituem uma totalidade orgânica para um determinado projeto de sociedade. É formada e é constituinte de percepções de mundo, de atitudes sociopolíticas e de organizações sociais que representam possibilidades de configurações societais. Apresentamos dimensões que são parte das experiências vivenciadas no Núcleo Unitrabalho da Unemat para a organização de redes de colaboração solidária. As experiências são práticas sociais que tendem para os princípios da cooperação e da mutualidade.

Temos como fundamentos epistemológicos e políticos a compreensão da necessidade e da possibilidade de geração e a socialização de conhecimentos e da cultura política que orientam para as relações sociais de solidariedade humana. Apresentamos cinco dimensões para o desenvolvimento da economia solidária como complexo organizacional dos territórios de cooperação.

Organização Sociopolítica

Implica na mobilização de pessoas e entidades para a construção de uma agenda política comum. Nasce desde a proposição de projetos ao projeto de desenvolvimento econômico e cultural dos sujeitos sociais envolvidos nas redes de convergência social e política. A aproximação e a interação implicam na superação de concepções e de práticas restritas aos campos setoriais das entidades, embora estas formam por si mesmas ações complexas de defesa e de proposição, ou como afirma Mészáros (2010), da defensiva e da ofensiva de atuação para a construção de relações e estruturas de solidariedade.

Para este autor a defensiva das organizações da classe trabalhadora são as práticas sociais internas às lógicas dominantes, ou da “luta política dentro dos limites das instituições políticas de autointeresse do capital” (p. 17). A defesa dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, do acesso à educação e qualidade social da saúde e educação pública, da soberania alimentar, as conquistas de melhorias salariais, a ampliação das políticas sociais, da inclusão social, dos combates às discriminações de gênero, étnico-raciais, geracionais. Estas práticas sociopolíticas, amplas e de difícil conquista e defesa na sociedade de classes sociais, são processos organizacionais necessários, porém não suficientes para a superação da dominação política, da exploração econômica e da opressão patriarcal.

Continua Mészáros na reflexão sobre os processos ofensivos, para as transformações radicais e profundas das relações sociais, para o autor socialistas, não podem “se realizar dentro do limite do domínio político constituído” (p.25). Indica que é uma questão da “...verdadeira *participação*, definida como autogestão plenamente autônoma da sociedade pelos produtores livremente associados em todos os domínios...” (p. 16).

Compreendemos que nestes termos, ao propor a superação da lógica do capital e constituir a formação social da lógica do trabalho, o movimento da economia solidária tem a necessidade da proposição e da realização de experiências societais de autoorganização e de autogestão para a concretização de empreendimentos de economia solidária e de redes de colaboração solidária para a concretização de virtudes ofensivas em territórios de cooperação e de solidariedade.

Organização Educativa

Nas organizações da complexidade das territorialidades, as configurações educacionais, são as concepções e as práticas sociais de interação das entidades e dos movimentos sociais que se agregam para a formação intelectual, política e tecnológica das pessoas que se implicam no contexto de convivialidade da solidariedade e da sustentabilidade. É a produção social de conhecimentos crítico-propositivos, que ao analisar a estrutura social de dominação e exploração é gerador de imaginações e de práticas sociais para a efetivação de correlações societárias substanciais na cooperação e na solidariedade. É a educação na práxis, ensinada por Freire (1981) da ação e da reflexão, da teoria e de prática de construção coletiva de possibilidades que realizam a utopia de humanização, das práticas educacionais para a liberdade, da transformação social.

A educação popular que produz o movimento didático-pedagógico da leitura das percepções de mundo, do universo da linguagem, das práticas sociais, das relações intersubjetivas, das estruturas sociais e dos poderes constituídos, que ao realizar a crítica constrói espaços e tempos educacionais e práticas pedagógicas de superação e de aprendizagem de processos constituintes de organizações sociais solidárias. As intersubjetividades e as coletividades de solidariedade resultam de práticas sociais de aprendizagens contínuas, por isso históricas, dialógicas e dialéticas.

Organização Cultural

A cultura é o *ethos* que constitui a humanidade na caminhada para a fertilização, o conhecimento e a consolidação de percepções e práticas sociais de interrelações de convivências solidárias. A transformação da natureza pelo trabalho é a base da constituição dos saberes e das configurações das relações humanas. No cotidiano homens e mulheres podem caminhar sob os princípios da competição, da concorrência, da violência, da discriminação, ou por outro podem se orientar pelos princípios da cooperação, da solidariedade, da mutualidade. As relações sociais geram disposições e atitudes. As subjetividades, os valores, as representações sociais e a ética tendem a se constituir em conformidade com as condições objetivas das convivialidades sociais e econômicas.

As práticas e as convivências de economia solidária objetivam espaços de formação, produção, comercialização que traduzem a existência humana para a aprendizagem e a socialização ampliada das convivências solidárias. É a passagem do trabalho assalariado, como prática de subsunção do capital, para o trabalho associado, processo de emancipação, da autonomia, da participação, da democracia. É o aprofundamento da constituição do ser humano livre, criativo, libertador.

Organização Econômica

Constitui a competência política institucional que agrega pessoas, empreendimentos e entidades para a confluência do trabalho associado e cooperado. É a elevação dos processos de trabalho restrito e individualizado para o trabalho coletivizado e em redes de cooperação. É a superação das relações sociais de competição e concorrência para a materialidade cultural das relações humanas de solidariedade e de reciprocidade.

São processos que constituem redes de organizações sociais, sindicais, acadêmicas e econômicas. Nela se desenham possibilidades de entrelaçamentos de entidades em redes de colaboração. Citaremos neste texto algumas entidades que temos maior proximidade como elucidação e demonstração. São as entidades sindicais (Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais); as universitárias (Núcleo Unitrabalho, Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEES); os

movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis); as associações (Associação Regional dos Produtores Agroecológicos – ARPA, Associação Centro de Tecnologia Alternativas - ACTA); e cooperativas (Cooperativa dos Consumidores Solidários e Sustentáveis - COOPERSSOL); as organizações não governamentais (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE); as federações (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES); as eclesiais (as pastorais sociais, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs) e as políticas públicas, pelos processos de constituição da legislação, da gestão e da participação em instâncias de proposição e avaliação.

Organização Socioambiental

Os territórios são importantes para a mobilidade, a organização, a proposição e a realização de práticas sociais de superação das estratégias de dominação, exploração e degradação ambiental. Neste sentido, o cuidado com o meio ambiente, a terra, as águas, as florestas, os rios, a biodiversidade se constitui em conjunto com as estratégias de defesa e desenvolvimento das sociodiversidades. Assim deve haver o entrelaçamento das culturas como as quilombolas e as indígenas; as práticas sociais de cooperação como a economia solidária e a agroecologia.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - Qual o significado de território para os processos de organização de redes de economia solidária?
- 2 - Como as entidades devem participar para a constituição de redes de colaboração solidária nos territórios?

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

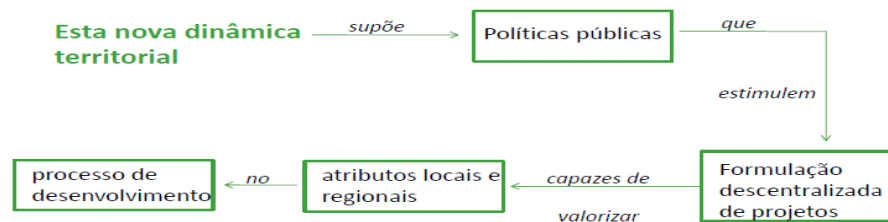
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Prof.ª Dr.ª Tânia Paula da Silva
Prof.ª Ma. Maria Aparecida de Souza

A discussão acerca do desenvolvimento territorial, em especial no campo brasileiro, não é recente. Surge a partir da década de 1980, mas só avança como proposta de intervenção no campo, atrelada a noção de território, ao longo dos anos de 1990. Com o propósito de promover estratégias de desenvolvimento local e regional articuladas às políticas públicas, foram definidas pelos Estados Nacionais, especialmente no governo Lula.

Esta noção de desenvolvimento voltado para o âmbito territorial, constitui-se num modelo político concebido para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais (figura 01).

Figura 01 – Esquema da Nova Dinâmica Territorial



Fonte: Abramovay, 2002

Fonte: ABRAMOVAY, 1999.

Desenvolvimento territorial seria, portanto, um conjunto de ações que objetivem a erradicação da pobreza no campo, visando estimular um “empoderamento” dessa população através da diversificação e da participação democrática dos sujeitos locais nas decisões políticas e econômicas. Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial é inclusivo, dialógico e participativo, contempla a totalidade, considerando aí todo o movimento empreendido pelos atores sociais envolvidos, num movimento de práxis contrário a reprodução ampliada do capital (SAQUET, 2010).

Fernandes (2007) enfatiza que para se opor às políticas compensatórias o desenvolvimento territorial propõe políticas afirmativas, advindas de grupos que se sentem desconsiderados nos aspectos que comprometem a sua liberdade. Nesse processo, a conflitualidade, é inerente ao desenvolvimento, já que este é mediado pelo conflito desencadeado por interesses e procedimentos divergentes.

No tocante ao desenvolvimento territorial no campo brasileiro e mato-grossense, avaliamos ser necessário refletir sobre toda sua complexidade, entendendo-o como território legítimo de produção da existência humana e não só da produção agrícola, reconhecendo suas potencialidades, a luta camponesa com toda sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade e tensões.

Nesta conjuntura, Fernandes (2007) afirma que pensar o campo deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios e, conseqüentemente, modelos de desenvolvimento territoriais divergentes, que se contrapõem, com organizações espaciais diferentes e paisagens geográficas completamente distintas.

[...] a [concepção] do agronegócio, para a qual o campo é ainda um lugar do atraso, que precisa ser modernizado pela agricultura capitalista, que se realiza a partir do trabalho assalariado e do controle do mercado; e a [concepção] da agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida/alimentos, culturas e não meramente de produção econômica (FERNANDES, 2007, p.36).

Nessa disputa entre dois modelos de desenvolvimento para o campo, brasileiro e mato-grossense, têm ganhado cada vez mais destaque no contexto atual, a ideia de território¹, enquanto produto de uma construção social, e o entendimento de que a agricultura camponesa tem papel central no processo de desenvolvimento territorial, pois a lógica de suas estratégias de sobrevivência é multidimensional e está mais relacionada com a reprodução social do que com a reprodução econômica.

Como Fabrini (2002) aponta, o modelo de desenvolvimento proposto pelos camponeses considera todas as especificidades do campo. Suas políticas caminham na perspectiva de construção de um desenvolvimento territorial rural inclusivo, sustentável e com respeito à diversidade sociocultural, compreendendo, com isso, que a economia e a tecnologia devem estar a serviço do atendimento das necessidades humanas, e não do capital. E, mais, o território camponês apresenta características ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas que lhe dão identidade e uso próprios. Nele as pessoas criam diversas alternativas econômicas, proporcionando uma saída às pressões do capital globalizado. Logo, esse território compõe a complexidade do desenvolvimento territorial sustentável, que se materializa no fortalecimento do campesinato e:

- a) na Soberania Alimentar como princípio organizador de uma nova agricultura, com uma produção voltada para atender as necessidades do povo e com políticas públicas voltadas para esse objetivo;
- b) na democratização da propriedade e do uso da terra – a Reforma Agrária integral deve voltar à agenda prioritária do país como forma de reverter o processo de expulsão do campo e disponibilizar a terra para a produção de alimentos;
- c) numa nova matriz produtiva e tecnológica, que combine produtividade do trabalho com sustentabilidade socioambiental, o que inclui a opção pela agroecologia;
- d) no princípio da cooperação, em lugar da exploração, para organizar a produção;
- e) na mudança da matriz energética;
- f) no avanço na organização política, econômica e comunitária dos camponeses e pequenos agricultores (SANTOS, PALUDO e OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Partimos então da proposição de que para promover o desenvolvimento territorial do campo, formado por diferentes territórios, que exigem políticas econômicas e sociais diversas, deve haver uma interação entre: as escalas de poder (local, regional, estadual e nacional); arenas (políticas e econômicas); níveis e instâncias que compõem a trama que dá singularidade aos diferentes territórios, pois nenhuma delas, isoladamente, é capaz de empreender um desenvolvimento territorial completo e em condições equitativas.

Questões para o Estudos e Debates:

- 1 - O que entendemos por desenvolvimento territorial?
- 2 - No que se fundamenta o desenvolvimento territorial do campo brasileiro e mato-grossense?
- 3 - Quais são os caminhos para efetivar o desenvolvimento territorial no campo na perspectiva da agricultura camponesa?

¹ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005, p. 08) “[...] o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento e iniciativas voltadas para o desenvolvimento”.

Referências Bibliográficas

FABRINI, J. E. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. **Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 75-94, jul./dez. 2002.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária, Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio, M. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Presidente Prudente: CNPQ/ UNESP. (2012a). Acessado em 10 de abril de 2019. Disponível: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.) **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, C. E. F. dos; PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. B. C. de. Concepção de educação do campo. In: **Cadernos Didáticos sobre Educação no Campo UFBA**. Universidade Federal da Bahia. 2010. p. 13-65.

Sobre os Autores

Cristiane Gonçalves Ribeiro: graduada em Geografia, especialização em Políticas Públicas e Controle Social do Estado e mestrado em Geografia pela UNEMAT. E-mail: adelsonecris@hotmail.com

Eliane dos Santos Martinez Paezano: graduada em Geografia e Pedagogia, especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas e mestrado em Educação pela UNEMAT. E-mail: elianespaezano@gmail.com

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo: graduada e mestre em Serviço Social pela UFPB e doutoranda em Educação pela UFMT. E-mail: evemilia@yahoo.com.br

João Ivo Puhl: graduado Teologia pela PUCRS em História pela UNEMAT, mestre em História pela UFMT e doutorado em História pela UNISINOS. E-mail: jivopuhl@gmail.com

José Ferreira da Costa: graduado em Filosofia pela PUC/RS, mestrado em Educação pela UNESP e doutorado em Educação pela UFMT. E-mail: jofecosta.55@gmail.com

Jucilene de Oliveira Martins: graduada em Pedagogia, especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas e mestrado em Geografia pela UNEMAT. E-mail: juci-oliveira2010@hotmail.com

Laudemir Luiz Zart: graduado em Filosofia, mestrado em Sociologia Política pela UFSC e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela UNUCAMP. Professor de Sociologia da UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. E-mail: laudemirzart13@yahoo.com.br

Loriége Pessoa Bitencourt: graduada em Matemática, mestrado em Educação pela UFMT e doutorado em Educação pela UFRGS. Professora do Departamento de Matemática e do mestrado de Educação da UNEMAT. E-mail: lori.pessoa@hotmail.com

Luan Benedito Oliveira da Silva: graduado em Matemática na UNEMAT. E-mail: luanbene_17@hotmail.com

Marcia Aparecida de Barros da Cruz: graduada em pedagogia, especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas, mestrado em Educação pela UNEMAT e doutoranda em Educação pela UFMT. E-mail: marciasantoscruz@hotmail.com

Maria Aparecida de Souza: graduada em Geografia pela UFMS, mestrado em Geografia pela UFMS e doutoranda em Ciências Ambientais pela UNEMAT. E-mail: mariamia.souza8@gmail.com

Sandra Maria Soares: graduada em Pedagogia pela UNEMAT, especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas e mestranda em Educação pela UNEMAT. E-mail: sandramariasrs@gmail.com

Tânia Paula da Silva: graduada em Geografia pela UFMS, mestrado em Geografia pela UNESP/PP e doutorado em Geografia pela UFF. E-mail: tanggelamt@gmail.com

Luiza Beatriz Bitencourt Zart, 11 anos, estuda no Centro Educacional Anália Franco (CEAF). Aprendeu e aprende sobre o meio ambiente. Indaga sobre atitudes dos seres humanos sobre o não cuidado, porque queimadas, lixo nas ruas, nos rios? Filha de Laudemir Luiz Zart e Loriége Pessoa Bitencourt. Foi ela que captou a imagem do entardecer às margens do Rio Paraguai na cidade de Cáceres - MT, numa tarde de sábado, ao contemplarmos as belezas encantadoras do Pantanal, das possibilidades da interação do ser humano com a natureza, do cuidado que homens e mulheres devem ter com o meio ambiente: biofísico e cultural. Mas pensamos também das relações de poder político e econômico que ocorrem no território, dos riscos predatórios, das ações antrópicas que destroem as águas e as terras. Qual é o presente e qual o futuro para a existência da vida? Quais condições de vida deixaremos, nós pais e mães, para as gerações dos nossos filhos e filhas? (declaração de Laudemir Luiz Zart).

Territorialidades e Territorialização

Nas reflexões do Caderno Pedagógico VII, o território é compreendido como o processo relacional entre o espaço geográfico e as construções socioeconômicas e políticas. É a compreensão de um complexo que se constitui em conformidade com a estrutura social e as contradições inerentes às organizações e práticas em termos de desigualdades socioeconômicas e diversidades culturais. As territorialidades são as configurações próprias que caracterizam a existência humana num determinado espaço e tempo. Os territórios podem ser constituídos com base na lógica do capital, centrado nos princípios da competição e da concorrência, ou pelo processo de organização social fundamentados nos pressupostos de vivência humana da cooperação e da solidariedade próprias da lógica do trabalho associado. A territorialização é o movimento social de lutas políticas, econômicas e culturais para a constituição e o predomínio da lógica do capital sobre o trabalho, próprio da sociedade capitalista, em contradição às proposições e práticas sociais do trabalho associado. As relações sociais estabelecidas em determinados espaços sociais irão configurar a existência humana para o predomínio da cultura da dominação, exploração e competição ou para a aprendizagem das convivialidades sociais da emancipação humana, a autogestão e a cooperação.

Caderno Pedagógico VII

Volume 07, Número 01 – 2020
Série Sociedade Solidária

